



Nome: Dr. Augusto César Moreno

Mandato: Presidente da Comissão Municipal Administrativa entre 1912-01-04 e 1913-08-07

OBRAS E FACTOS DE MAIOR RELEVO

Qualificação urbana

Arrematação das obras a realizar na Rua do Ribeirinho entre a Praça Almeida Garrett e a Travessa do Ribeirinho, prevendo-se o calcetamento da mesma rua;
Conservação das ruas, estradas, largos e praças da cidade;
Adjudicação definitiva do fornecimento de energia eléctrica destinada à iluminação pública e particular da cidade com modificações;
Calcetamento da Praça Camões e execução de passeios na Rua Nova;
Colocação de mobiliário urbano especialmente bancos em diversos locais da cidade.

Ambiente

Aquisição de vários tipos de árvores para arborização de estradas, largos e praças da cidade;
Adjudicação das obras de saneamento na Rua do Ribeirinho, pelo valor de 921\$456 reis e obras de saneamento na Rua Nova.

Área social

Socorro às famílias pobres dos militares recrutas; manutenção, alimentação, vestuário e educação dos jovens internos no Asilo Duque de Bragança.

Área económica e Financeira

Orçamento ordinário (receita e despesa ano de 1912): 25.754\$816 mil reis;
Orçamento ordinário (receita e despesa ano de 1913): 26.020\$404 mil reis;
Considerando que a criação de gado era a mais importante actividade desta região, sendo por isso do maior interesse para a sua economia, deliberou a Câmara Municipal de Bragança promover uma exposição de gado suíno e lanígero das diversas espécies, atribuindo prémios pecuniários e menções honrosas aos melhores exemplares.

Educação, cultura e desporto

Aquisição de artigos escolares para o Asilo Duque de Bragança;
Aquisição de equipamento escolar para a Escola Distrital desta cidade;
A solicitação da câmara o comando militar autorizou que a banda do regimento de infantaria 10 actuasse na Praça Almeida Garrett todas as quintas-feiras e domingos.

Património e urbanismo

Obras de conservação nos edifícios das principais instituições públicas;
Reparação e conservação de casas e mais bens próprios da câmara municipal incluindo as barracas do mercado ;
Obras de conservação e reparação da capela de S. Sebastião e arranjo do muro envolvente da mesma;
Atribuição do nome de General Sepúlveda à Rua de S. João.

Subsídios

Aos Bombeiros Voluntários de Bragança para a conservação de material contra incêndios;
À Cruz Vermelha Portuguesa;
Ao Instituto de Cegos Branco Rodrigues de Lisboa e Instituto de Cegos do Porto;
Donativo de 5.000 réis à Comissão Organizadora da Homenagem ao Brasil, que consistiu na entrega simbólica ao povo irmão de um trabalho de arte intitulado “Floreira duas Pátrias”.

Diversos

Por decreto de 5 de Maio de 1919, a cidade de Bragança foi agraciada com o grau de Oficial da Ordem da Torre Espada de Valor, Lealdade e Mérito. Em consequência desta condecoração foi proposto que no dia 11 de Junho, dia da cidade, se festejasse aquela distinção. Para o efeito foi elaborado um programa de festividades. Uma subscrição pública reforçou o orçamento da Câmara Municipal de Bragança. Também foi proposta a aquisição de uma placa em bronze com as armas da cidade e com as insígnias da Torre Espada para ser colocada no frontispício dos paços do concelho.

Determinou-se que o dia 11 de Junho de cada ano seria feriado concelhio. Assim, comemorava-se a data gloriosa em que o intrépido General Sepúlveda e outros cidadãos na escadaria da igreja de S. Vicente, levantaram o grito de revolta contra a ocupação francesa do nosso território.

Aprovado o regulamento de descanso semanal elaborado nos termos do Decreto de 8 de Março, Portaria de 5 de Abril de 1911 e sessões da Câmara Municipal de Bragança de 29 de Agosto de 1907 e Janeiro de 1911;

Aprovado o regulamento para a cobrança e fiscalização dos impostos indirectos municipais do concelho de Bragança;

Levadas a efeito as comemorações do segundo aniversário da proclamação da República com a organização de um cortejo cívico. Partindo dos Paços do Concelho percorreria as principais ruas da cidade e terminava no Forte S. João de Deus convidaram-se todos os chefes de repartições, presidentes de corporações e associações, comércio, funcionários públicos, oficialidade da guarnição militar, academia, comissões paroquiais, escolas e demais entidades públicas;

Tendo conhecimento do anúncio da extinção do Liceu Central de Bragança, a Câmara Municipal, reunida extraordinariamente no dia 28 de Junho de 1913, deliberou solicitar ao Congresso da República a conservação desta instituição de ensino e enviar ao Presidente do ministério, Ministro do Interior e Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados e deputados do distrito o seguinte telegrama:

“A Câmara Municipal de Bragança, interpretando o sentir dos munícipes e considerando que a anunciada extinção do Liceu Central, representa golpe de morte na vida da cidade e importa enorme desvantagem para todo o Distrito, solicita esforços de vez tendentes à conservação mesmo liceu.”

Alteração do nome de “Asilo Duque de Bragança” para “Asilo de Bragança”.